

JOÃO ROBERTO MOREIRA E O MOVIMENTO PELA ESCOLA NOVA EM SANTA CATARINA (1934-1943)

Leziany Silveira Daniel
Universidade Federal do Paraná – UFPR
E-mail: leziany@hotmail.com

Resumo

Este estudo analisou algumas das ideias e concepções de João Roberto Moreira construídas principalmente no período em que atuou em Santa Catarina no Grupo Escolar Conselheiro Mafra (1934-1936), de Joinville, e no Curso Normal do Instituto de Educação de Florianópolis (1937-1943), participando do Movimento pela Escola Nova. Suas discussões teóricas têm como pano de fundo uma realidade brasileira marcada pelo desafio de constituição de sua nacionalidade, requerida por um governo preocupado em se adequar às novas exigências do sistema capitalista. Uma nova organização da educação nacional tornava-se tarefa urgente a ser implementada, encontrando nos princípios científicos, fornecidos pelos conhecimentos advindos sobretudo do campo das ciências sociais, os fundamentos necessários para sua transformação. Ao professor foi atribuída a tarefa de ser o principal veículo de divulgação dos novos ideais de sociedade. Reformas no ensino de vários Estados buscando instituir uma formação de professores alicerçada nos conhecimentos científicos introduziram nos currículos as chamadas “Ciências Fontes da Educação”. Em Santa Catarina, as reformas demonstraram a preocupação do governo em fornecer aos professores um conjunto de fundamentos científicos que procuravam constituir uma Pedagogia com bases cada vez mais racionais.

Palavras-Chaves: Intelectuais. Movimento pela Escola Nova. Educação e Ciências Sociais.

JOÃO ROBERTO MOREIRA AND THE NEW SCHOOL MOVEMENT IN SANTA CATARINA (1934-1943)

Abstract

This study examined some of the ideas and conceptions of João Roberto Moreira built mainly during the period when he served in Santa Catarina in the primary school Conselheiro Mafra (1934-1936), of Joinville, and the Course of the Normal Institute of Education, Florianópolis (1937-1943), participating in the Movement for the New School. His theoretical discussions are set against the backdrop of a Brazilian reality marked by the challenge of setting up their nationality, requested by a government anxious to fit the new demands of the capitalist system. A new organization of national education became an urgent task to be implemented by finding in the scientific principles provided by the knowledge derived mainly from the social sciences, the foundations for its transformation. Teachers were given an important role in this process as the main promoters of the new ideals of society. Education reforms of several states actively seeking to establish a teacher education rooted in the scientific knowledge introduced in the curriculum the so-called “Sciences Source of Education” programs. In Santa Catarina, the reforms demonstrated the concern of the government to provide teachers with a set of scientific foundations seeking to establish a pedagogy with bases increasingly rational.

Keywords: Intellectuals. New School Movement. Education. Social Sciences.

O intelectual João Roberto Moreira, educador que teve uma trajetória marcada por atuações junto ao Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e em missões da UNESCO pela América Latina, teve suas primeiras experiências educacionais ainda no seu Estado natal, Santa Catarina. Nascido na cidade de Mafra em 1912, Moreira optou pela carreira educacional quando, em Curitiba, teve seus primeiros contatos com o Movimento pela Escola Nova iniciado no Brasil, trabalhando nos anos 30 e 40 do século XX no projeto de nacionalização do ensino e no Movimento pela Escola Nova, agora em Santa Catarina. Para tanto, pretendemos neste estudo evidenciar algumas das atuações e pensamentos deste intelectual, com o propósito de discutir e entender algumas das nuances e perspectivas educacionais em evidência neste momento. Muito mais do que evidenciar a figura intelectual em questão, nossa preocupação é torná-la instrumento para discussão de algumas das principais questões educacionais do período.

Destacamos, assim, que o cenário político catarinense no final do século XIX e início do século XX foi marcado por intensas disputas pelo poder do governo do Estado catarinense, com momentos de conciliação de rivais, mas também de rupturas políticas que demonstravam as próprias contradições vividas pelo país.

O modelo do sistema republicano brasileiro, baseado na oligarquia, estava presente também em Santa Catarina, no qual a política do *coronelismo*¹ vinculava-se fortemente à *Política dos Governadores*². Embora enfraquecido com a *Revolução de 30*, tal modelo ainda perdurou por muito tempo no Estado catarinense. Isso pode ser exemplificado na figura dos *Ramos*, família integrante da oligarquia do planalto catarinense, cujos representantes ocuparam por várias vezes o cargo de governador de Santa Catarina, num período que se estendeu de 1902, quando Vidal Ramos assumiu o governo do Estado, até 1966, com Celso Ramos. Sob a liderança dos *Ramos*, assim como ocorria em algumas regiões do país, colocou-se como desafio realizar, nas primeiras décadas do século XX, reformas na educação catarinense, assumindo a reformulação nos cursos de formação de professores, ponto estratégico para implementar um determinado projeto de sociedade.

Embora no Estado de Santa Catarina tenha se intensificado a questão da nacionalização do ensino, principalmente durante o Estado Novo, já nos primeiros anos da República, sob o governo de Vidal Ramos (1910-1914), o professor paulista Orestes Guimarães reformou significativamente a estrutura, os métodos e os procedimentos pedagógicos da escola catarinense. Em sua reforma, em

¹ Entende-se por *coronelismo* o poder político exercido pelos grandes latifundiários em sua região. Segundo Peluso (1991, p. 43), “as raízes do coronelismo no Brasil nos remetem à época imperial e tem sido entendido como uma forma especial do poder político brasileiro que floresceu durante a Primeira República”.

² A mesma influência que os coronéis exerciam nas disputas políticas da sua região, os grandes Estados brasileiros do período, como Minas Gerais e São Paulo, exerciam poder no cenário político nacional, controlando a chamada *política dos governadores*. Em Santa Catarina podemos destacar Lauro Muller como “principal líder articulador da participação de Santa Catarina na chamada ‘Política dos Governadores’, pela qual as oligarquias estaduais apoiavam o governo federal e este retribuía-lhes com a concessão de ministérios, com a ‘verificação de poderes’ favorável aos candidatos oficiais do Estado nas eleições para as câmaras federais, entre outros favores” (NÓBREGA, 2000, p. 70).

1911, Guimarães criou um novo tipo de escola, o chamado *Grupo Escolar*, já existente no Estado de São Paulo. Segundo Nóbrega (2003), os grupos escolares são considerados as primeiras escolas públicas primárias brasileiras, baseadas numa organização administrativa, programática, metodológica e espacial que atendia às concepções educacionais do tipo *moderno*, já em vigor nas escolas particulares de São Paulo. Assim, uma nova forma de ensinar foi instalada, mediante a defesa da adoção do *método intuitivo* ou *lições das coisas*³. Contudo, somente a reforma da escola elementar não era suficiente, pois se considerava a necessidade de formar os professores para essa nova estrutura. Por conta disso, também a Escola Normal foi modificada. Guimarães reorganizou o programa de admissão e aprovou um novo regulamento.

Assim, o currículo das Escolas Normais estava baseado em disciplinas de caráter *instrutivo* (Português e Aritmética, entre outras), de caráter *educativo* (Geografia e Ginástica, entre outras) e de caráter *pedagógico* (Pedagogia e Psicologia); contudo, as disciplinas que compuseram este último caráter, “tal como foram ordenadas na grade curricular (...) parecem não constituir-se no ponto forte do novo currículo, mais preocupado com as disciplinas ditas ‘instrutivas e com as ‘educativas’” (TEIVE, 2003, p. 250). No entanto, essas disciplinas pedagógicas só iriam ser introduzidas e ocupar lugar privilegiado nos currículos de formação de professores a partir dos anos 30 do século XX.

Embora tenham sido realizadas reformas no sistema de ensino catarinense também nos anos de 1923, 1927 e 1928, estas não foram tão substanciais como as realizadas por Orestes Guimarães em 1911. A estrutura escolar por ele montada (Escola Isolada, Escola Reunida, Grupo Escolar, Escola Complementar, Escola Normal e Escola Profissional) se manteve praticamente inalterada até 1935, quando ocorreu a chamada *Reforma Trindade* (FIORI, 1991).

Somente durante o governo de Nereu Ramos (1930-1945) houve, de fato, nova reforma educacional, priorizando-se, contudo, a reestruturação dos cursos de formação de professores, que procurava evidenciar o esforço de direcionar-se e adequar-se aos principais pressupostos filosóficos, sociológicos e pedagógicos, integradores do chamado *Movimento pela Escola Nova*. No cerne dessas reformas estava o desafio urgente em integrar um número significativo de imigrantes que, naquele momento, era considerado elemento perigoso para o alcance do objetivo maior de formar uma *unidade nacional*, de constituir o *Estado Nacional* e, por conseguinte, de construir o *cidadão brasileiro*. Neste sentido, colocava-se o indicativo de que nacionalizar o estrangeiro era tarefa urgente e, mais, “nacionalizar o país era unificar o que estava decomposto, o que se desagregara por uma política regionalista com acentuados vícios oriundos da disputa por interesses privatistas”

³ Segundo Nóbrega (2003, p. 256), “os ‘modernos processos pedagógicos’ – o ‘método intuitivo’ ou ‘lição das coisas’ – são identificados com os procedimentos pedagógicos considerados científicos, tendo como base a observação e a exploração da percepção dos órgãos dos sentidos – como conceberam Froebel e Pestalozzi”.

(SCHWARTZMAN, 2000, p. 181). A escola, nesse sentido, era tomada como instrumento fundamental, capaz de formar e instrumentalizar os brasileiros em uma nova forma de organização social e econômica, no qual pensar uma nova sociedade, todavia, pressupunha constituir uma nova escola, com novos métodos e modelos pedagógicos.⁴

Nesse projeto ambicioso de nacionalização caberia à escola, então, socializar os catarinenses num novo ideário de organização social, pautado em princípios definidos e legitimados por um discurso científico e racional. Assim, com uma política afinada com o projeto de nacionalização do ensino, de constituição de uma identidade nacional e pautado no Movimento pela Escola Nova, o governo catarinense promoveu reformas no seu sistema de ensino, com iniciativas e medidas que constituíram um projeto para a formação de professores em Santa Catarina, mudando substancialmente a estrutura e os currículos dos cursos destinados à preparação desses profissionais.

A partir da influência das reformulações ocorridas nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, implementadas pelos chamados *intelectuais-educadores*, como Fernando de Azevedo e Lourenço Filho (MICELI, 1979), e seguindo as diretrizes traçadas pelo VI Congresso de Educação realizado em Fortaleza/CE, o governo catarinense promoveu na década de 1930 uma intensa reforma no seu sistema de ensino. Destaca-se, assim, a realizada em 1935, a chamada *Reforma Trindade* (Decreto 713, de 8 de janeiro de 1935), feita por Luiz Bezerra da Trindade, então diretor da Instrução Pública do Estado. Nela, as Escolas Normais transformaram-se em Instituto de Educação, um em Florianópolis e outro em Lages⁵, comportando: Jardim de Infância; Escola Isolada; Grupo Escolar; Escola Normal Primária, de três anos, que substituiu a antiga Escola Complementar, tendo como tarefa preparar professores para a zona rural; Escola Normal Secundária, também de três anos, que preparava os que saíam da Escola Normal Primária e que pretendiam se dedicar ao magistério; e Escola Normal Superior Vocacional, de dois anos, que habilitava para o magistério nos grupos escolares e Escola Normal Primária.

A criação da estrutura *Instituto de Educação*, inspirada na reforma que Fernando de Azevedo havia realizado no ano de 1933 em São Paulo, significou uma iniciativa do próprio

⁴ Como principais medidas normatizadoras da política de nacionalização do ensino em Santa Catarina, implementadas por Nereu Ramos a partir de 1938, estão o Decreto-lei nº 88, de 31 de março de 1938, que estabeleceu normas para o ensino primário em escolas particulares de Santa Catarina, e o Decreto-lei nº 301, de 24 de fevereiro de 1939, que tratou das normas para a obrigatoriedade do ensino primário, instituiu a quitação escolar e criou o registro do censo escolar (CAMPOS, 1999).

⁵ No ano letivo de 1935 existiam em Santa Catarina duas Escolas Normais Secundárias oficiais, transformadas em Instituto de Educação, uma em Florianópolis e outra em Lages, além de quatro particulares equiparadas às oficiais, uma em Florianópolis, anexa ao Colégio Coração de Jesus, outra anexa ao Colégio Santos Anjos, em Porto União, a terceira anexa ao Colégio Aurora, em Caçador, e a quarta anexa ao Colégio Coração de Jesus, em Canoinhas. In: SANTA CATARINA. Educação Popular. Movimento do ano letivo de 1935. Da mensagem do Exmo sr. dr. Nerêu Ramos, Governador do Estado, apresentada à Assembléia Legislativa em 16 de julho de 1936. Departamento de Educação, Florianópolis, Imprensa Oficial, 1936.

governo em tentar acompanhar o movimento de *renovação educacional* em marcha no país (EVANGELISTA, 2002).

Uma das principais influências da reforma empreendida em São Paulo encontrava-se na Escola Normal Superior Vocacional de Santa Catarina. Pela primeira vez, a cadeira de Sociologia foi introduzida num curso de formação de professores catarinenses⁶. No entanto, o Curso Normal Superior Vocacional funcionou somente nos anos de 1937 e 1938 (FIORI, 1991).

Dessa forma, a preocupação em qualificar o professorado com os mais modernos conhecimentos pedagógicos caracterizou também um processo no qual se buscava a profissionalização docente, com o objetivo de extinguir o amadorismo e constituir um corpo docente especializado.

Já em 1938, a Escola Normal Primária, pelo Decreto-lei nº 224, de 8 de dezembro, voltou a ser Curso Complementar de dois anos, e em 1939 ocorreu a reorganização dos Institutos de Educação Catarinenses, sob a égide do Decreto-lei nº 306, de 2 de março. A partir disso, os Institutos de Educação de Santa Catarina organizaram-se da seguinte forma: Pré-primário, de três anos; Primário, de quatro anos; Fundamental, de cinco anos⁷; e Normal, de dois anos. A Escola Normal Superior Vocacional extinguiu-se e, em seu lugar, surgiu o Curso Normal de dois anos⁸. De acordo com o artigo 32,

(...) o ensino no Curso Normal será intensivo e, além das aulas teóricas e das de prática pedagógica, constará de aulas de prática de laboratório, de investigações, de círculo de debates e discussões com o fim de estimular nos alunos o espírito e o gosto da observação pessoal, bem como o hábito de reflexão e de exposição do pensamento.

Foi a partir das reformas ocorridas nos cursos de formação de professores em Santa Catarina, nos anos de 1930, que se introduziram, mais fortemente, as chamadas Ciências Fontes da Educação nos currículos catarinenses. Um novo discurso pedagógico foi criado, no qual as Ciências Fontes da Educação foram chamadas a dizer a verdade sobre a criança (CARVALHO, 2002). O processo de inserção dessas disciplinas representava, assim, uma mudança na forma de conhecer e

⁶ Os programas e conteúdos das disciplinas pedagógicas da Escola Normal Superior Vocacional foram definidos pelo governo através do Decreto-lei nº 217, publicado no dia 9 de março de 1937 (DAROS, SILVA e DANIEL, 2005). Conforme pesquisa realizada, os programas das disciplinas de Sociologia e Psicologia Educacionais foram os mesmos adotados no Curso de Formação do Professor Primário, do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo (DANIEL, 2003; EVANGELISTA, 2002).

⁷ Preparatório do Curso Normal, o Curso Fundamental equiparava-se ao Colégio Pedro II (DAROS & VOLPATO, 1997).

⁸ Com a criação do Curso Normal, no ano de 1939, o governo redefiniu os programas e conteúdos das disciplinas de Pedagogia, Sociologia e Psicologia. Os programas das disciplinas de Psicologia Educacional e de Pedagogia foram estabelecidos por João Roberto Moreira, o então professor catedrático dessas matérias no Instituto de Educação da capital. Já o programa de Sociologia Educacional foi elaborado por Henrique Stodieck, professor titular dessa cadeira no Curso Normal desse mesmo Instituto (DANIEL, 2003).

de intervir na realidade, instrumentalizando os professores na sua prática, a partir de métodos e conhecimentos considerados científicos (DANIEL, 2003). Dessa forma, colocava-se como preocupação a constituição de uma Pedagogia Científica, buscando na Sociologia, na Biologia e na Psicologia os fundamentos científicos necessários para a construção de um novo arcabouço teórico-prático, divulgado, em especial, pelo ideário escolanovista (MONARCHA, 1992).

A partir da reforma de 1935, o ensino catarinense viu-se, novamente, desafiado a acompanhar os novos preceitos pedagógicos modernos. O método intuitivo, até então indicado como método a ser adotado pelas escolas e a ser implementado pelos professores, precisava ser superado e substituído pelo método da *escola ativa*. Por isso, a adoção desse método requeria uma mudança significativa na estrutura da formação dos professores.

Contudo, como adotar e implantar novos direcionamentos pedagógicos numa realidade em que nem o próprio sistema público de ensino estava todo estruturado e nem conseguia atender a toda população? No Brasil, o Movimento pela Escola Nova assumiu feições distintas da constituída na Europa. Para Carvalho (2002, p. 379), “diferentemente da Europa, onde o movimento pela Escola Nova articulou-se como crítica de um modelo escolar plenamente instituído, no Brasil esse movimento se defrontou com a situação-problema de sua não-implantação”.

Vale destacar, neste sentido, que além das mudanças substanciais nos cursos normais, com a introdução de novas disciplinas pedagógicas e científicas, o governo catarinense estruturou-se, de forma centralizada, para tentar controlar o seu sistema de ensino. Como forma de fazer com que o professor alcançasse não só os objetivos de nacionalização do ensino, mas também a implementação dos princípios da Escola Nova, mesmo depois de ele ter deixado os bancos das escolas normais, foram realizadas em Santa Catarina as chamadas *Semanas Educacionais*. Esse evento, que acontecia regularmente, em diferentes cidades catarinenses, começou a ser realizado em 1936 e perdurou até 1945. Retratadas nas páginas da **Revista de Educação**⁹, as *Semanas Educacionais* tinham como principal tema os métodos divulgados pelo Movimento da Escola Nova, a chamada *escola ativa* ou *escola renovada*. Era a tentativa de superação da dicotomia escola tradicional X escola nova. Segundo Bombassaro (2005, p. 92),

(...) a superação deste anacronismo e o segredo para o desenvolvimento de uma educação fecunda no Estado de Santa Catarina residiam na divulgação dos princípios da escola nova. As *Semanas Educacionais*, para tanto, serviram bem ao propósito da doutrinação dos professores do Estado no que tange às novas formas de ensinar.

⁹ A **Revista de Educação** era publicada pelo governo catarinense e configurou-se como importante instrumento de divulgação das ideias técnico-pedagógicas no Estado, assumindo objetivo de divulgação do discurso oficial do governo, com artigos que abordavam questões como a nacionalização do ensino, visitas de inspetores às escolas e a realização de *Semanas Educacionais*. Contudo, foi publicada somente durante dois anos (1936-1937), contando com um total de sete números.

Foi no limiar da implantação da Reforma de 1935 que João Roberto Moreira regressou ao seu Estado natal, assumindo um importante cargo no ensino catarinense. Embora marcado pelo seu autodidatismo inicial, nos anos vividos no Paraná, Moreira acumulou experiência na área educacional, atuando em escolas, participando de importantes grupos intelectuais e assumindo cargos, por exemplo como diretor da Escola Normal de Ponta Grossa.

Em 1934, Moreira assumiu, então, a direção do Grupo Escolar Conselheiro Mafra, de Joinville/SC. Essa instituição era uma das mais antigas e importantes escolas públicas, situada num importante centro urbano e industrial catarinense. Mesmo antes de 1911, quando se criaram os grupos escolares, essa escola joinvilense já existia. Em 1906, o governador catarinense Abdon Baptista solicitou ao governo paulista a vinda de um educador para criar e dirigir o chamado *Collegio Municipal de Joinville*. O professor Orestes Guimarães aceitou o convite, criando o colégio em 1907 e permanecendo na sua direção até 1909. Foi a partir dessa experiência à frente do *Collegio Municipal de Joinville*, que já assumiu as feições de um grupo escolar, que Orestes Guimarães foi escolhido em 1911 para reestruturar o ensino catarinense. Dessa forma, “o primeiro Grupo Escolar do Estado originou-se do próprio Colégio Municipal de Joinville que passou por nova reforma do prédio para adaptar-se por completo às características de Grupo, recebendo o nome de Grupo Escolar Conselheiro Mafra e sendo reinaugurado em 15 de novembro de 1911” (NÓBREGA, 2003, p. 262). Em seguida foram criados mais seis grupos escolares: Grupo Escolar Jerônimo Coelho, em Laguna, em 1912; Grupo Escolar Lauro Muller, em Florianópolis, em 1912; Grupo Escolar Vidal Ramos, em Lages, em 1913; Grupo Escolar Silveira de Souza, em Florianópolis, em 1913; Grupo Escolar Victor Meirelles, em Itajaí, em 1913; Grupo Escolar Luiz Delfino, em Blumenau, em 1913 (NÓBREGA, 2003, p. 262).

O Grupo Escolar Conselheiro Mafra, de Joinville, tornou-se uma escola-modelo para as demais instituições catarinenses, e na política dos governos estaduais, em especial, assumia posição estratégica, já que se situava numa cidade de predominante colonização alemã, sendo importante para o processo de nacionalização do ensino em curso no Estado (CORRÊA, 1984). Interessa-nos, nesse sentido, a análise da experiência de Moreira como diretor dessa instituição, para percebermos alguns indícios de como os ideais da Escola Nova se faziam presentes, naquele momento, nas escolas de Santa Catarina. O relato de Moreira acerca dessa experiência oferece subsídios significativos para entender os contrastes e mesmo as contradições entre as indicações oficiais de implantação e as reais condições de efetivação de um novo modelo escolar, no qual o papel do professor tornava-se estratégico para o sucesso de tal projeto.

Logo na sua chegada, em 1934, Moreira mostrou-se surpreso com a organização da escola. Em relato publicado no livro **A Educação em Santa Catarina**, em 1954, ele explicitou sua desconfiança e discordância quanto ao modelo escolar implantado.

Recordo-me de que, no período de 1934-1935, quando apenas saía dos 20 anos, animado por toda a literatura escolanovista que a Cia. Editora Nacional e Melhoramentos de São Paulo começava a distribuir, respectivamente sob a direção de Fernando de Azevedo e Lourenço Filho, ao assumir a direção do Grupo Escolar 'Conselheiro Mafra', de Joinville, me senti chocado com o regimento interno, em que figuravam todos os horários especificadamente, em pormenores, com rígida distribuição de aulas, além de fichas de chamadas, modelos de boletim, modelos de atas, classificação de espécies de punições, deveres dos professores, do diretor, dos serventes e do porteiro etc. Nos primeiros contactos que tive, então, com o inspetor escolar da região, mais tarde deputado constituinte de 1946, lhe manifestei a repulsa que tinha para com o tal regimento, em que via a frustração de todos os meus propósitos escolanovistas (MOREIRA, 1954, p. 42).

Ressaltando sua adesão aos ideais escolanovistas, Moreira destacava sua preocupação em levar às autoridades competentes o descompassado que sentia entre a escola que encontrara e a que idealizava. Neste sentido, o descontentamento com o regimento interno era o próprio descontentamento com a escola tradicional. Seu discurso procura evidenciar, no nosso entendimento, que sua presença na escola simbolizava a tentativa de superação destes preceitos pedagógicos, em que o novo precisava superar o velho, o arcaico, o tradicional.

Moreira parecia entender que era uma forma, embora não oficial, do Departamento de Educação avaliar e controlar o trabalho dos professores e diretores das escolas. Assim, para aqueles professores que não conseguissem constituir iniciativas próprias de atuação, havia toda uma gama de dispositivos pedagógicos e administrativos para o considerado *bom* funcionamento da escola. Moreira destacava que os professores do Grupo Escolar Conselheiro Mafra tinham o hábito de organizar planos de aula, alguns diariamente, outros semanalmente. Quanto a isso não fazia nenhum tipo de crítica, frisando contudo que “o ensino de cada disciplina se constituía em compartimento estanque, sem correlação com o das demais matérias” (1954, p. 43). Para melhor exemplificar e justificar essa constatação, relata a abordagem utilizada em cada disciplina, criticando os métodos considerados *tradicionais*, utilizados na maioria delas. Na aula de trabalhos manuais constatou que os meninos somente utilizavam cartolina, papel, tesoura e goma arábica, e as meninas, além disso, faziam trabalhos com agulhas. As disciplinas de desenho e geografia prendiam-se, especialmente, à feitura de mapas coloridos, que também eram utilizados nas aulas de história, já que não havia livros.

Na disciplina de cálculo, segundo Moreira, ocorria rotina comum. No primeiro ano se ensinava a tabuada mediante ábaco e estampas murais e a partir da segunda já se começava a

ensinar problemas. Na quarta série ensinavam proporções, regras de sociedade, liga e juros. Nota-se, contudo, que a principal crítica de Moreira recaiu sobre os métodos utilizados para o ensino da leitura e da escrita. Criticava o método analítico utilizado para o ensino da leitura. Baseado em uma cartilha, o professor reproduzia as letras ou textos no quadro-negro, fazendo com que as crianças lessem, em coro, em voz alta. Na fase de silabação, o professor utilizava recursos gráficos, dividindo as palavras em sílabas e reagrupando-as em outras palavras, sempre seguindo as instruções do livro. Segundo Moreira (MOREIRA, 1954, p. 44), “uma vez desconfiei de que o método, como era aplicado, significava perda de tempo”. Sugeriu, então, junto com uma professora, que se fizesse a silabação sem seguir o que o livro indicava. Utilizou, então, de gravuras e desenhos, representados com uma só palavra. Nesse novo processo, segundo ele, economizou todo um mês. Salienta, contudo, que não era um método adotado em todas as escolas catarinenses. Segundo ele, em algumas escolas isoladas e grupos escolares se utilizava o método sintético, baseado em uma cartilha que trazia uma “ema” como uma das ilustrações. Destaca ele, em tom irônico que “penso que nenhuma criança de Sta. Catarina, ou pelo menos das localidades em que trabalhei, jamais viu uma ema” (MOREIRA, 1954, p. 45). Já o ensino da escrita prendia-se, primeiramente, à cópia dos livros adotados ou de trechos ou palavras escritas na lousa. Logo em seguida, introduzia-se o ditado e nas últimas séries já se faziam composições e descrições.

A descrição, até minuciosa, da metodologia e dos conteúdos adotados em cada disciplina serviu para Moreira, quase vinte anos depois, considerar que a escola catarinense, naquele momento, depois de ter sofrido algumas reformas importantes, ainda se mantinha tradicional em sua essência. De uma maneira geral, Moreira considerava que “esse panorama didático que tentamos caracterizar, se revelava nitidamente intelectualista. A escola era, sobretudo, de instrução e pouco educativa, no sentido amplo” (MOREIRA, 1954, p. 46). Entretanto, acrescenta, “não se deve, porém, fazer-lhe condenação pura e simples. No Brasil, o movimento de renovação educacional se iniciou por volta de 1930, sem que tenha obtido objetiva e universal transformação dos sistemas regionais de educação” (MOREIRA, 1954, p. 46). Nessa afirmação, Moreira constata o descompasso entre as reformas realizadas e as mudanças realmente ocorridas, não só no ensino catarinense, como também nos outros estados do Brasil. Quando produziu essa análise, Moreira estava trabalhando no CBPE e começando a realizar diagnósticos acerca dos vários sistemas de ensino no Brasil. Contudo, observamos que longe de atestar o fracasso puro e simples da inserção dos ideais escolanovistas na escola, Moreira construía justificativa para a continuidade de implantação das mudanças almeçadas por muitos dos integrantes do CBPE.

Em 1955, o catarinense e ex-aluno de Moreira, Orlando Ferreira de Melo, então catedrático da disciplina de Metodologia e Prática de Ensino da Escola Normal Pedro II, de Blumenau/SC,

publicou **Comentários sobre a monografia ‘A Educação em Santa Catarina’**. Nesse trabalho, Melo (1955) salienta que o livro de Moreira era uma “bem elaborada sinopse apreciativa em que o autor, com muita ponderação e independência, focaliza todos os problemas referentes à administração, às origens e à difusão do nosso sistema estadual de educação” (p.3). Melo concordava com muitas das ponderações de Moreira, como por exemplo, com relação à não implantação, de fato, do modelo da Escola Nova nas escolas catarinenses. Segundo ele, para tal mudança era necessário investir em dois campos: material (seleção de alunos, redução do efetivo de classes, entre outros) e doutrinário-filosófico (formação do professor). Contudo, Melo não concordava com as críticas feitas por Moreira com relação a muitos dos encaminhamentos das políticas do Estado catarinense voltadas para o ensino. Segundo Melo (1955), Moreira critica: a) a irrevogabilidade das instruções em setores pedagógicos, onde deveria imperar livre criação e autonomia; b) o regime centralista de controle e fiscalização; c) a rotina didática derivada da rigidez dos programas e currículos pouco flexíveis. Melo relativiza essas críticas, salientando que no processamento pedagógico havia situações ideais e outras reais, no qual o professor, muitas vezes, não estava preparado para realizar tais mudanças pedagógicas e, portanto, o papel do Departamento de Educação tinha de ser mais ativo e direcionador das ações pedagógicas. Podemos inferir que Melo analisa as ponderações de Moreira, tomando-as como possibilidade de reflexão para mudanças na organização do sistema de ensino catarinense. Todavia, fica aparente uma defesa do papel e dos encaminhamentos do Estado nas políticas educacionais. Para ele, se a realidade não revelava uma efetivação dos ideais da Escola Nova, tal fato não significava o não direcionamento e compromisso dos órgãos dirigentes educacionais catarinenses para o alcance de tais propósitos. Interessante observar que, nesse momento, as críticas de Moreira acerca do sistema de ensino catarinense são mais contundentes, comparadas com as realizadas por ele quando ainda atuava em Santa Catarina. Se na década de 1940 Moreira legitimava e se coadunava com muitos dos direcionamentos do governo catarinense no setor educacional, na década de 1950, como pesquisador da educação, ele procurava mostrar imparcialidade nas suas análises. Podemos indicar que Melo, ao realizar seus comentários sobre o trabalho de Moreira, assume papel de *mediador* e *defensor* do Estado catarinense frente às críticas realizadas por Moreira (SCHEIBE, DAROS e DANIEL, 2006).

Muito mais do que uma simples diagnose, os relatos expressos por Moreira nos permitem apontar uma tentativa de construção de um discurso em que procura mostrar como sua presença no Grupo Escolar simbolizava a possibilidade de ocorrerem as mudanças necessárias no ensino, ancoradas no Movimento pela Escola Nova, do qual fazia parte. Destaca que “quando estreei nas atividades educacionais em Sta. Catarina, como diretor do grupo escolar de Joinville, levado pelo

que lera sobre escola ativa e pela relativa autonomia que o inspetor escolar me dera, tentei dinamizar e funcionalizar, dentro do que era possível, a minha escola” (MOREIRA, 1954, p. 46). Preocupou-se, primeiro, em aproximar a comunidade da escola, montando um círculo de pais e mestres, sendo doado à escola, mediante essa organização, um gabinete dentário. Além disso, organizou um caixa escolar (instituindo o copo de leite e a merenda escolar) e uma biblioteca para alunos e professores. Nesse período, foi também preocupação recorrente do governo catarinense indicar a compra de determinados livros pelas bibliotecas escolares, principalmente dos que traziam e discutiam as temáticas em torno da Escola Nova. Destacamos, então, que no ano de 1935 o governo lançou a Circular nº 32, de 26 de setembro, que indicava a compra e o uso, por parte da biblioteca dos grupos escolares, dos seguintes livros integrantes da Série III – Atualidades Pedagógicas, da Companhia Editora Nacional, de São Paulo, dirigida por Fernando de Azevedo: **Novos Caminhos e Novos Fins**, de Fernando de Azevedo; **Como pensamos: Como formar e educar o pensamento**, de Jonh Dewey; **Educação Progressiva: Uma introdução à Filosofia da Educação**, de Anísio Teixeira; **A Educação Funcional: Traduções e Notas de Jaime Graibon**, de Eduard Claparède; **Noções de História da Educação**, de Afrânio Peixoto; **Sociologia Educacional**, de Delgado de Carvalho; **A Escola Pitoresca**, de Almeida Jr.; **Psicologia do Comportamento**, de Henri Pieron; **Didática da Escola Nova**, de A. M. Aguayo; entre outros.

Embora não se tenham dados precisos quanto aos livros de fato utilizados pelos professores, Moreira destacava que havia conseguido com que eles se interessassem pelo estudo das teorias de Decroly e Dewey, além de outras obras de divulgação pedagógica. Ele considerava que apesar dos esforços, os professores não conseguiram aplicar em grande escala o método dos centros de interesse nem o de projetos, embora reconhecesse que:

(...) muitos dos professores tentaram, com êxito relativo, a globalização do ensino, estabelecendo horários móveis, aulas ao ar livre, e sua ativação. Alguns conseguiram mesmo bem mais do que eu, simples autodidata da pedagogia, que tentava traduzir em exemplos práticos, por meio de planos de aulas modelo, postas em prática por mim mesmo, o que diziam os livros (MOREIRA, 1954, p. 47).

Nesse trecho, Moreira evidencia seu autodidatismo na aplicação dos princípios da Escola Nova. Novamente, atestamos a preocupação dele em ressaltar o esforço empreendido para que a escola e seus professores superassem o antigo modelo de ensino. Configurando-se como tal, Moreira vai, gradualmente, construindo uma maior interlocução com o governo catarinense. No ano de 1937, Moreira passou a atuar como professor da cadeira de Pedagogia e Psicologia do Curso Normal do Instituto de Educação de Florianópolis. Sua atuação, mais direta, num grupo escolar estratégico, na política de nacionalização do ensino, parece ter também colaborado para que

Moreira se aproximasse e se preocupasse mais diretamente com o preparo dos professores para a efetivação dos ideais da Escola Nova. Para tanto, o seu esforço em estudar e refletir acerca da Pedagogia e das Ciências Fontes da Educação encontrou interessante espaço de fomento no interior de uma das mais importantes instituições catarinenses responsáveis pela formação do professor. Nessa instituição, junto com outros professores, alunos, intelectuais e figuras do governo, Moreira participou da criação de um ambiente intelectual estratégico, preocupado com a discussão, o direcionamento e a divulgação das principais questões educacionais daquele momento.

Depois da breve experiência como diretor do Grupo Escolar Conselheiro Mafra, de Joinville, Moreira tornou-se professor catedrático da cadeira de Pedagogia e Psicologia Educacional do Curso Normal do Instituto de Educação de Florianópolis, em 1937. Além de ministrar essa disciplina, ele também atuou como professor interino da disciplina de Didática (1938-1940), professor interino de Sociologia (1938-1940) e diretor dessa instituição (1941 a 1943).

Antiga Escola Normal Catarinense, o Curso Normal do Instituto de Educação de Florianópolis¹⁰ passou a se configurar, principalmente a partir de 1935, como instituição-modelo para a formação de professores em Santa Catarina. Para tanto, gozava de apoio e incentivo do governo catarinense para a ampliação, discussão e divulgação das principais ideias e estudos do campo educacional catarinense e nacional. Nesse contexto, Moreira passou a atuar primeiro como professor e, em seguida, como diretor da instituição. Caracterizamos o período em que esteve no Instituto como aquele em que ele pôde: dedicar-se mais detidamente aos estudos sobre educação; estabelecer um vínculo mais estreito com o governo do Estado catarinense, sendo ao mesmo tempo interlocutor privilegiado das discussões científicas do campo educacional e incentivador e apoiador das políticas estatais; e ampliar seus espaços de interlocução intelectual e de atuação profissional e política.

Com o apoio do governo, Moreira viabilizou e concretizou iniciativas que favoreceram e foram determinantes para a constituição do Instituto como espaço de formação e espaço intelectual privilegiado no cenário educacional catarinense. Ao assumir a direção do Instituto, em 1941, uma de suas primeiras iniciativas foi a criação da revista **Estudos Educacionais**. Do total de seis números publicados, cinco foram produzidos durante a permanência de Moreira no Instituto. No primeiro número da revista, publicada em agosto de 1941, há a seguinte dedicatória ao Secretário: “Ao Exmo. Sr. Dr. Ivo d’Aquino, a cuja Secretaria estão subordinados os serviços de Educação, em

¹⁰ Antes de ser transformado em Instituto de Educação de Florianópolis, este se configurava como Escola Normal Catarinense, criada em 10 de junho de 1892, pelo Decreto nº 155, no Governo do Tenente Manoel Joaquim Machado. A Escola Normal funcionava nas dependências do Liceu, mas mudou-se, em 1926, durante o Governo de Hercílio Luz, para um edifício na Saldanha Marinho, em Florianópolis. Em 1935, ocorreu a Reforma do Ensino Catarinense e a Escola Normal Catarinense passou a ser denominada Instituto de Educação de Florianópolis. Em 1947 passou a se chamar Instituto de Educação e, em 1956, Colégio Estadual Dias Velho. Em 1964, mudou para Instituto Estadual de Educação, conservando este nome até os dias de hoje (DAROS & VOLPATO, 1997).

Santa Catarina, oferecemos este primeiro número de ‘Estudos Educacionais’ que lhe deve a ideia da fundação, e sem cujo apoio não teriam tão pronta realização”.

Moreira salientava, no primeiro número da revista (agosto de 1941), o caráter desse periódico. Na “Apresentação” indica que a revista passou a ser publicada por sugestão do Secretário de Educação, Justiça e Saúde de Santa Catarina do período, Ivo d’Aquino, que, “interessado em dar ao nosso educandário não só melhores meios educacionais, como também maior expansão cultural, resolveu a realização desta revista, outra coisa não teve em mira que aproveitar um fator importante de ação pedagógica: o periodismo escolar, quando bem aproveitado”.

De acordo com Moreira, o objetivo desse periódico era proporcionar “verdadeiro espírito de indução e trabalho que caracterizam os tempos atuais, fazendo que, por intermédio de ‘Estudos Educacionais’, nossos alunos se capacitem dos reais e mais importantes problemas da técnica pedagógica”. Na revista foram publicados textos produzidos pelos alunos do Curso Normal a partir de aulas ministradas em cada disciplina, “manifestando o seu interesse por um determinado ponto ou questão”, bem como resumos de aulas dos próprios professores. Assim, cada professor, “pela publicação, salienta uma de suas aulas e coloca-a sob os olhos do aluno, como ponto de referência para os estudos que fizer; ou, então, toma um problema prático, examina-o por escrito, e, dessa forma, faz com que seja tida sem vista, a aula dada sobre o assunto”.

Textos de autoria de políticos e intelectuais de projeção nacional e internacional também foram publicados na revista, como de Fernando de Azevedo¹¹, de Roger Bastide¹², de Donald Pierson¹³ e de Lourenço Filho¹⁴. Os artigos publicados nos seis números da revista deixaram

¹¹ Fernando de Azevedo esteve no Instituto de Educação de Florianópolis em dezembro de 1941, convidado para ser paraninfo de uma turma de normalistas do Curso Normal. Seu discurso, intitulado “Entre as angústias do presente”, foi publicado na revista **Estudos Educacionais** nº 3, em novembro de 1942.

¹² Roger Bastide nasceu em Nîmes, França, em 1º de abril de 1898. Em 1937 veio para o Brasil lecionar Sociologia no Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Permaneceu 16 anos lecionando e fazendo pesquisas, colaborando em vários jornais e revistas (publicou no Brasil 17 livros, 168 resenhas de revistas e 506 artigos em jornais e muitas resenhas). Depois de seu regresso à França, em 1954, Roger Bastide esteve apenas duas vezes no Brasil. Em 1962, foi convidado pela Universidade de São Paulo, como professor-visitante. Em 1973, convidado a participar da Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que se realizava no Rio de Janeiro. Ao regressar à França, acabou pouco tempo depois morrendo, em 10 de abril de 1974, aos 76 anos de idade. Em março de 1942 Roger Bastide compareceu ao Instituto realizando a palestra “Educação dos educadores” (publicada em português – tradução de João Roberto Moreira – na revista **Estudos Educacionais** nº 4, junho de 1943).

¹³ Professor da Universidade de Chicago, Pierson atuava, naquele momento, como professor de Sociologia e Antropologia Social da Escola Livre de Sociologia e Política. Em 1942, mais precisamente no dia 8 de julho, esteve no Instituto proferindo a palestra “Educação, Ciências e mundo atual” (publicada na revista **Estudos Educacionais** nº 3, novembro de 1942). Donald Pierson passou a organizar e dirigir, em 1943, uma série de livros intitulada “Biblioteca de Ciências Sociais”. Traduzindo livros, originalmente escritos em língua inglesa, Pierson passou a distribuí-los para várias regiões do país. O contato com Santa Catarina foi feito mediante, principalmente, João Roberto Moreira e Henrique Stodieck (PIERSON, Donald. [Carta] 1943 mar. 3, São Paulo [Brasil] [para] João Roberto Moreira, Florianópolis. Manuscrito). Em carta datada de 3 de março de 1943, Pierson comunica que tem 10 exemplares para serem distribuídos gratuitamente em Santa Catarina. No entanto, pede a Moreira e Stodieck que indiquem estabelecimentos e, principalmente, bibliotecas públicas e escolas catarinenses para o envio do material. Nesse mesmo ano, em carta agora endereçada a Nereu Ramos, datada de 17 de maio de 1943, Pierson comunica que incluiu o nome do Interventor Federal

perceber, já na leitura dos títulos de muitos deles, a discussão em torno dos fundamentos científicos necessários à formação de professores, bem como dos encaminhamentos políticos que pretendiam ser dados à educação no Estado catarinense. Entendemos que a criação e divulgação da revista não era uma iniciativa isolada. Na sua terceira publicação, de novembro de 1942, a revista apresenta um texto introdutório, “Visitas Ilustres”, evidenciando que sua criação estava articulada a uma série de propostas e ações do governo para o Curso Normal do Instituto, iniciada ainda no final dos anos 1930, logo depois da reforma de 1935. Indica o texto que “os nossos alunos, por uma simples modificação do processo de verificação do aproveitamento, têm ganho, nestes últimos 4 anos de trabalho escolar, o sentimento de que seu curso não é uma utopia desalentadora de esperanças, mas uma realidade que promete os frutos sazonados do futuro”. Diante disso, procura-se indicar que o trabalho realizado no curso normal baseava-se na realização de estudos pelos próprios alunos, a partir de problemas sugeridos pelos professores, não se limitando “ao simples e monótono ouvir e reproduzir do que foi ouvido”. Para tanto, indica ainda o texto que os alunos precisavam frequentar tanto a Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina como a do próprio Instituto, pois nesses espaços eles entrariam em contato com os principais autores da área, mediante livros e revistas científicas. Como aconteceu quando era diretor do Ginásio Conselheiro Mafra, Moreira destaca o esforço em tentar acompanhar as principais discussões educacionais, evidenciando que no Instituto os alunos e professores teriam contato com as principais obras que tratavam da Escola Nova. Além do contato com a bibliografia mais atual, o texto ainda aponta que os normalistas também teriam por meio da “observação direta de instituições, na cadeira de Sociologia, e de laboratórios, centros de saúde e de higiene, na cadeira de Biologia, veem a aula teórica associar-se aos processos de verificação objetiva”.

E por fim, além da viabilização dessas iniciativas, o texto destacava o empenho do governo em fazer com que o Instituto fosse visitado “pelos mais expressivos representantes do ensino superior no Brasil”, que além de conhecer o trabalho da instituição, também visitavam o interior do Estado e suas realidades educacionais.

A criação da revista, a visita dos intelectuais, a indicação do incentivo de leituras de obras de autores do campo educacional, a utilização de laboratórios e a realização de visitas de campo mostram a preocupação do governo e também dos educadores do Instituto em demonstrar que suas ações e concepções estavam condizentes com a proposta de uma formação de professores ancorada

em Santa Catarina, por ocasião da distribuição gratuita de exemplares da série “Biblioteca de Ciências Sociais”, na lista das pessoas consideradas “destinatárias”.

¹⁴ Lourenço Filho, também convidado para ser paraninfo, como Fernando de Azevedo, de uma turma de formandos do Curso Normal do Instituto de 1943, não pôde comparecer à solenidade. Em carta do dia 2 de dezembro de 1943, Lourenço Filho diz a Moreira que “aqui lhe envio a saudação aos nossos professorandos, pedindo-lhe o favor de ler na solenidade de formatura” (o discurso de Lourenço Filho foi publicado na revista **Estudos Educacionais** nº 5, dezembro de 1943).

nos mais modernos preceitos pedagógicos e científicos, nesse caso os da Escola Nova. As realizações educacionais feitas *no e pelo* Curso Normal do Instituto procuravam mostrar como o Governo Catarinense estava direcionando e subsidiando suas políticas educacionais. Com isso, a avaliação e justificação das políticas estatais pelos educadores do Instituto eram fatos recorrentes. Como um dos principais intelectuais da instituição, Moreira procurou aliar às suas reflexões acerca das políticas estatais os conhecimentos científicos necessários para o seu melhor encaminhamento. Se por um lado Moreira utilizava-se desta relação com o Estado para ajudar na criação de um ambiente intelectual no Instituto e para projetar-se como educador e intelectual da educação, por outro lado o mesmo Moreira acabava por atrelar suas ações e pensamentos aos próprios encaminhamentos dados pelo governo ao ensino catarinense. Percebemos, assim, que esta relação com o Estado era estratégica para a projeção e visibilidade de Moreira no âmbito educacional estadual e, posteriormente, nacional.¹⁵

Dos escritos produzidos por Moreira nesse período, três deles assumiram, ao mesmo tempo, a feição de estudos e reflexões pautados cientificamente, mas também de justificativa para as políticas e encaminhamentos governamentais de Santa Catarina.¹⁶ Foram eles: “O Plano elaborado no governo de Vidal Ramos e as questões educacionais na atualidade”, discurso pronunciado em 1938, na festa comemorativa do 25º aniversário de fundação do Grupo Escolar Silveira de Souza (situado na cidade de Florianópolis/SC); “Função da Escola Pública Catarinense”¹⁷, artigo publicado na revista **Estudos Educacionais**, nº 2, novembro de 1941; e a “A escola e o abandono”, conferência realizada em 13 de outubro de 1943, por ocasião da comemoração da Semana da Criança em Santa Catarina¹⁸.

Nesses estudos Moreira remete-se, de algum modo, às reformas e iniciativas educacionais realizadas pelo governo, como forma de “compreender a lição do passado, para melhor esclarecer o presente e, com mais segurança, construir as bases do futuro” (1938, p.2). Em especial, a reforma realizada por Orestes Guimarães em 1911, no governo de Vidal Ramos, é muito elogiada. Salienta que “depois de examinar os possíveis limites que porventura se levantem impensadamente ao valor

¹⁵ De acordo com Daniel (2003), no ano de 1942 Moreira foi convocado por Roberto Moritz (Subdiretor Administrativo do Departamento de Educação da Secretaria do Interior e Justiça do governo de Nereu Ramos) para representar o Estado catarinense no 8º Congresso Brasileiro de Educação, que ocorreria em junho daquele ano, na cidade de Goiânia/GO.

¹⁶ Procuramos, ao analisar os discursos produzidos por Moreira, entendê-los integrados ao contexto. Segundo Pocock (2003, p. 37), “cada contexto linguístico indica um contexto político, social ou histórico, no interior do qual a própria linguagem se situa. Contudo, neste mesmo ponto somos obrigados a reconhecer que cada linguagem, em certa medida, seleciona e prescreve o contexto dentro do qual ela deverá ser reconhecida”.

¹⁷ Esse texto, publicado por Moreira em 1941, contém muitos dos parágrafos escritos por ele no discurso pronunciado por ocasião do 25º aniversário de Fundação do Grupo Escolar Silveira de Souza.

¹⁸ Moreira também participou como conferencista da Semana da Criança em Santa Catarina de 1941, com o tema “Condições econômicas e sociais do abandono escolar”. No entanto esse texto, que foi publicado pela Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, até o momento não foi localizado.

do trabalho de Orestes Guimarães, que o plano elaborado e realizado durante o governo de Vidal Ramos apresentou resultados plenamente satisfatórios aos seus frutos” (1938, p. 2). Embora aponte que muitos críticos a tenham condenado, justifica que a reforma realizada naquele momento era a reforma possível, baseada em determinados princípios educativos, na qual predominava “uma filosofia educacional que baseava o progresso do gênero humano na instrução intelectual e física exclusivamente” (1938, p. 2). Era, segundo ele, um princípio educativo diferente dos tempos modernos, no qual o indivíduo “não deveria ser considerado como recurso ou meio para a consecução de qualquer fim, fosse este da Sociedade ou do Estado” (1938, p.2). Para tanto, ponderava que a reforma realizada havia sido eficiente, já que,

(...) tendo em vista o analfabetismo, a colonização teuta e população esparsa, julgamos que os grupos escolares para os núcleos urbanos e as escolas isoladas para as pequenas povoações disseminadas por todo o território estadual constituíram a solução inicial mais adequada, que prepararia terreno para as futuras gerações (MOREIRA, nov. 1941).

A escola resultante da reforma Orestes Guimarães assumia, para Moreira, uma “fisionomia nitidamente local”, com o típico professor da roça. Era a escola, segundo Moreira, resultante de um “trabalho bem nosso – a escola para o pequeno caboclo analfabeto e a escola para o alemãozinho mudo ao idioma nacional” (nov. 1941). Assim, embora considerando que aquela escola assumiu características intelectualistas e tradicionais, “atingiu plenamente a sua finalidade” (MOREIRA, 1938, p. 2)¹⁹, que neste caso era a da constituição de uma identidade nacional a partir da escola. Para tanto, destaca o cuidado em não se condenar o passado, pois “à crítica não se deve dar valor de destruição, mas sim o de esclarecimento” e conclui que “a escola do passado correspondeu a necessidades diversas que as de hoje e, portanto, seus ideais eram outros que os atuais” (MOREIRA, 1938, p. 2). Moreira, assim, justificava a necessidade de se pensar em uma nova escola para uma nova sociedade, já que os tempos se mostravam outros. Nesse sentido, ressaltava a eficiência do trabalho desenvolvido pelo governo de Nereu Ramos, em que entre as iniciativas destacadas encontravam-se a substituição das escolas estrangeiras por escolas estaduais, a obrigatoriedade do ensino para crianças de até oito anos e a criação dos Institutos de Educação. Todavia, chamava a atenção de que essas necessidades e esses problemas educacionais, segundo

¹⁹ Como salientado anteriormente, no livro publicado em 1955 **A Educação em Santa Catarina**, Moreira critica justamente o caráter intelectualista da escola catarinense, presente ainda na década de 1950. Ressaltamos que ao fazer essa ponderação no ano de 1938, quando atuava no Instituto de Educação de Florianópolis, Moreira procurou valorizar o esforço do governo catarinense no processo de nacionalização do ensino, iniciado no governo de Vidal Ramos, mas intensificado durante o período do Estado Novo pelo governo de Nereu Ramos. Isso significa que Moreira entendia que o processo de construção de uma nova escola estava se processando, ainda que gradualmente. Contudo, quando analisou os mesmos fatos na década de 1950, concluiu que os esforços não foram suficientes para programar novas políticas educacionais. As características da escola catarinense continuavam tão “tradicionais” ou “intelectualistas” quanto as verificadas por ele nas décadas de 1930 e 1940.

ele, nunca alcançariam resolução definitiva, pois havia desafios constantes, como os enfrentados também pelos países mais avançados como França, Alemanha e Estados Unidos. De acordo com Moreira, “se fosse possível dar por resolvido, de um só golpe, todos os problemas que se antepõem às coletividades, teria a civilização seus passos paralisados porque, então, nada restaria como estímulo ao esforço humano” (nov. 1941) e acrescenta que “é certo dizer que ainda existe o problema educacional, assim como é certo afirmar que ele existirá sempre, em virtude de ser condicionado pelo progresso e evolução da sociedade” (1938, p. 3).

Assim, Moreira fundamentava sua reflexão, explicitamente, a partir da teoria de Durkheim, em que a educação se apresenta como algo instável, evolutivo, mutável, em transformação constante. Por esses motivos, considerava que a “solução de uma época, nunca será completa, supondo sempre melhoria, reforma, readaptação, a necessidade que, por sua vez, crescem e diminuem, permanecem ou se substituem” (1938, p. 3). A marcha da sociedade se daria em companhia da educação, esclarecia ainda Moreira. Cabe, contudo, destacar neste momento que, embora sendo Durkheim um dos principais teóricos que embasaram o seu pensamento, Moreira teceu críticas, discordando de alguns de seus postulados. Moreira considerava que, ao contrário do que indicava o sociólogo francês, a educação não podia ser baseada na coerção social, numa relação de “cima para baixo, num conformismo repugnante” (out. 1943, p. 8), pois dessa forma a educação só perpetuaria os erros do homem, impossibilitando novas conquistas. Moreira rejeitava, assim, “a todo sociologismo que, em suma, exprime ou esconde o desejo de invariação social. (...) Não há exagero no que afirmo. O fatalismo sociológico de Durkheim, ao contrário de um instrumento de previsão, e, portanto, e reconstrução do mundo, é a justificação, em termos pseudocientíficos, de uma escravidão torturante ao meio e ao passado” (1943, p. 8).

Diante da discussão realizada por Moreira, a escola deveria preparar o indivíduo para uma determinada sociedade. Diferente dos direcionamentos filosóficos do início do século XX, a educação moderna, seguindo os princípios sociológicos e biológicos, era considerada, naquele momento, “como a atividade da sociedade que desenvolvendo as faculdades inatas da criança, procura formar-lhe hábitos e formas de ação, biológica e sociologicamente úteis” (1938, p. 3).

As preocupações, então, em conhecer melhor a criança e cuidar melhor de sua infância tornavam-se fator essencial para a eficácia da escola na adaptação dos indivíduos à sociedade. Novamente, fica explicitado o entendimento de que a educação deveria ser tomada como projeto central para transformação social, devendo a escola ser, assim, “o lugar ideal do tratamento da criança, a oficina em que se forjará, não o homem, como se diz vulgarmente, mas a sociedade do futuro” (out.1943, p. 7). A escola sendo “a instituição por excelência da criança”, não lhe caberia somente a tarefa de instruir, mas principalmente educar, procurando se tornar “algo semelhante ao

lar e ao quarteirão em que a criança vive, isto é, procura subtraí-la a todas as influências, a fim de, sozinha e sem concorrentes maldosos, plasmar, através de realização do homem, bom e justo, a sociedade equânime e harmônica do futuro” (1943, p. 8). Contudo, apontava Moreira que a criança contemporânea vivia, naquele momento, num estado de semiabandono, por considerar que com a nova organização social e econômica, com as mulheres saindo para o mercado de trabalho, por exemplo, também a família havia sofrido mudanças, havendo descuido dos pais com relação à educação dos seus filhos, salientando “que nem sempre, os pais são os melhores educadores”, já que não têm formação pedagógica específica (1943, p. 9). Dessa forma, Moreira concluía que a obra da escola não era somente educativa, mas esta também era chamada a desempenhar função até então realizada pelo lar. A escola assumia, no seu entendimento, o lugar da família na educação das crianças, devendo esta ficar a cargo de especialistas da educação, como ele, e oferecida, prioritariamente, pelo Estado. Nesse sentido, de acordo com Gouvêa e Paixão (2004, p. 350),

(...) a família transfere, ou deveria transferir definitivamente à escola a responsabilidade sobre o projeto de instrução e formação das novas gerações, o que no século XX e especialmente na Escola Nova afirma-se com base no domínio dos conhecimentos científicos. A educabilidade da infância exigiria o domínio de saberes específicos, a cargo do profissional da educação e da saúde e não dos pais, que deveriam exercer uma ação complementar.

Aliado, portanto, a esse novo ideal de escola, o governo de Nereu Ramos investiu especialmente no processo de expansão da escola elementar. Contudo, entendia-se que não bastava investir apenas no aumento das escolas, mas era preciso a implementação de novos métodos e princípios educativos. Segundo Moreira, o aluno não poderia ser mais passivo, devendo representar o “coração, o centro dos interesses e de todas as iniciativas escolares” (out. 1943, p. 8) e o professor, nesse sentido, deveria utilizar um método mais ativo, o da escola ativa. Para Moreira, assim, o professor que adotasse uma prática de ensino passiva e desinteressada não poderia se queixar dos alunos que não estudavam ou não aprendiam, pois dizia que “educar não é exigir tudo do aluno com pouco ou quase nada de nossa parte; educar é trabalhar, não seguindo um padrão rotineiro de aulas orais, mas pela renovação contínua dos métodos e pelo apelo constante às possibilidades naturais e aos interesses do educando!” (1943, p. 14).

Para tanto, o autor se contrapunha à disciplinarização do tipo militar nas escolas, e descrevendo suas experiências como educador no Instituto, aponta outras possibilidades para a educação das crianças. Para ele,

(...) o coração infantil, como o juvenil, é capaz de todos os entusiasmos e de todas as bondades; basta saber despertá-lo e fazê-lo agir. Por experiência própria, realizada aqui, neste mesmo Instituto de Educação, eu posso garantir a verdade

destas afirmações. Não irei ao extremo de afirmar que meus alunos sejam perfeitos; mas tenho provas insofismáveis de que são capazes de trabalhar e de obedecer, conscientes de que assim é preciso. No Curso Normal, eu não castigo nunca, porque não é necessário. Já tive o prazer de ver, não um aluno, mas toda uma classe vir a mim para reconhecer a justeza de uma repressão que lhe fizera. Cumpro observar que essa repreensão constitui simplesmente na demonstração do erro e das suas consequências. No Curso Fundamental onde é de se notar a idade menor e o grande número de alunos que se acumulam em nosso prédio, já pequena para conter os quatrocentos jovens que aqui estudam, os castigos são esporádicos; e, quando aplicados, o jovem compreende porque é castigado; por isso, também aqui, tive o prazer de ver alguns alunos reconhecerem espontaneamente o erro de um gesto descortês para com um dos seus professores. Em muitas ocasiões, a ordem e a disciplina têm sido confiadas aos próprios alunos, sem qualquer outra vigilância que a determinada pelo conhecimento do dever, isto é, pela própria consciência individual (1943, p. 12).

Ao contrário de uma *escola-penitenciária*, Moreira defendia a constituição de uma *escola da simpatia*, uma *escola do trabalho ativo e da responsabilidade*, em que houvesse a mútua compreensão entre alunos e professor, com respeito cordial, harmonia e ordem construídos pelos alunos. Salientava que a escola em Santa Catarina procurava alcançar esse ideal, mediante jogos, festas e associações escolares e leitura recreativa. Por fim, de maneira enfática, Moreira destacava:

Sei que o Governo da minha terra está vivamente empenhado em fazer da saúde pública e da educação, a matéria central de seu programa administrativo; animado por esta atitude da Interventoria Federal em Santa Catarina, e pela do seu Departamento de Educação, ousei divagar idealisticamente sobre temas, aos quais atribuo importância das mais decisivas, esperando não sugerir soluções a quem, mais do que eu, pela (sic) contato direto com a realidade econômico-social do estado, é capaz de as encontrar e realizar; mas tão somente satisfazer aos imperativos e aos impulsos do meu espírito e do meu coração (1943, p. 16).

Neste discurso, Moreira demonstrava aprovar os esforços feitos pelo governo para a organização da educação em Santa Catarina. Embora se colocasse como um colaborador destes encaminhamentos, não pressupondo dar sugestões mais diretas, deixa claro que percebia na escola e na educação a via mais segura para a construção de uma nova realidade social. Moreira entendia que defender essa nova escola significava reorganizar a cultura, com uma nova educação para uma nova sociedade, na qual era tomada como “programa de transformação da sociedade brasileira pela escola” (CARVALHO, 2002, p. 24). A escola era entendida assim como fator determinante para a consolidação de uma unidade nacional, promovendo o desenvolvimento econômico, político e social do país. Segundo Fernando de Azevedo, na sua obra **A Cultura Brasileira**, publicada no ano de 1943, a educação era o veículo de construção da própria cultura e da civilização, sendo vista como o principal elemento formador da consciência nacional (MOTA, 2000). Assim, para Azevedo (1976), pela análise da cultura e da civilização de um povo era possível medir o grau de

desenvolvimento alcançado por este. O alcance de tal desenvolvimento, contudo, só seria possível com a ação dos intelectuais, em parceria com o Estado.

Compartilhando dessas mesmas perspectivas de Azevedo²⁰, Moreira realizou a conferência intitulada “Unidade Cultural”²¹, na qual fez um balanço, ainda que incipiente e rápido, sobre a literatura, a ciência e a filosofia no Brasil, indicando suas falhas e virtudes. Moreira, nesse evento, discutiu e ponderou sobre a cultura nacional, tema que incidia, diretamente, sobre a própria manutenção e consolidação do Estado Novo. Naquele momento o Brasil estava sob o regime autoritário do Estado Novo e a escola era instrumento estratégico para a constituição do Estado Nacional. Moreira entendia que mesmo sob o Estado Novo, a construção de uma sociedade democrática estava acontecendo. Ao compreender aquele período desta forma e ao defender muitas das políticas adotadas, Moreira construiu um discurso afirmativo com relação aos encaminhamentos dados à educação pelo regime do Estado Novo. Se nesse momento a postura assumida por Moreira gerou maior visibilidade e ampliação de seus espaços de atuação, com o início do período de redemocratização essa sua vinculação parece ter se tornado aspecto negativo para a continuidade de suas pretensões profissionais.

Consideramos, assim, que também nesse texto Moreira colaborou para o embasamento e a justificação das intervenções e dos encaminhamentos da política do Estado Nacional, articulando suas discussões com a realidade brasileira mais ampla. Para Moreira, “*Cultura*, (...) na velha tradição vernácula, continuará no sentido metafórico que *Fernando de Azevedo*, no seu recente e magnífico estudo da inteligência brasileira diz ter Bluteau, já em 1912, registrado: ‘cultura do engenho, das artes, das ciências’ (nov.1943, p. 4, grifos do autor). Diante disto, considera que existe uma unidade nacional, justificada pelos 121 anos de vida política independente no Brasil. De uma forma geral, como Fernando de Azevedo, Moreira atribui a grande influência de Portugal na formação literária dos primeiros intelectuais brasileiros, em que,

(...) ao em vez de ser no sentido da técnica e da ação, era para o cuidado da forma, o adestramento na eloquência e o exercício das funções dialéticas do espírito, vindo em nossos primeiros estudiosos, simples ‘letrados, imitadores e eruditos, cujo maior prazer intelectual consistia-se no contacto com os velhos autores latinos’; constatando que nada de vivo e de verdadeiramente novo e fecundo, de objetivo e científico, criou essa cultura de fundo universalista, cristalizada pelas humanidades clássicas (1943, p. 4).

²⁰ Moreira deixa explícita no texto a leitura e concordância com os preceitos teóricos escritos por Azevedo e presentes no seu então recém-publicado livro, **A Cultura Brasileira**, no ano de 1943.

²¹ Esse discurso foi pronunciado no dia 15 de novembro de 1943, durante a realização do Terceiro Congresso de Brasilidade. Esse evento era promovido desde 1941 pelo governo do Estado e integrava os festejos em comemoração ao aniversário do Estado Nacional, discutindo a importância de sua criação e manutenção (DANIEL, 2003).

A crítica à formação literária dos brasileiros parece expressar a preocupação em ampliar e, até mesmo, superar essa formação literária, já que no momento vivido por Moreira a formação técnica e científica colocava-se como urgente e imprescindível para a participação dos países no capitalismo mundial. Em seu discurso, contudo, Moreira procurava evidenciar que, embora marcada por esta tradição, isto não significava o atestado de incapacidade dos brasileiros para o trabalho científico e filosófico. Seria necessário pensar na ação mais direta dos intelectuais, como por exemplo na dos juristas, que de acordo com Moreira erravam ao se prenderem mais ao formalismo da lei, esquecendo-se da realidade.

Mesmo cômico dessa influência, Moreira destacava os grandes escritores brasileiros como Euclides da Cunha, Machado de Assis, Aluísio de Azevedo, Cassiano Ricardo e Carlos Drummond de Andrade, alertando para o aspecto de que a escrita e a língua estavam em contínuo desenvolvimento e mudança, cuidando-se para não se prender às velhas tradições e formas literárias, pois “que importa, portanto, uma página de português impecável, escrita segundo as regras colhidas na linguagem de todos os Castilhos, Camões e Vieiras, se ela conservar o aspecto frio das coisas mortas e rígidas” (1943, p. 4). Nas artes brasileiras em geral, Moreira destaca desde artistas como Victor Meireles, Almeida Júnior e Carlos Gomes, até Brecheret, Portinari, Santa-Rosa e Villalobos, salientando que “os artistas dos tempos contemporâneos não têm menos capacidade que os de qualquer outra época” (1943, p.4). Além dessa crítica à extrema valorização do passado, tanto no campo literário como artístico, Moreira também ponderava acerca da influência estrangeira nessas áreas. Considerava que a influência era presente, forte, mas também positiva, por entender que:

(...) a cultura intelectual não é coisa que se construa em isolamento, dentro de barreiras intransponíveis e proibidoras de qualquer contacto benéfico com o estrangeiro. Tentar semelhante realização é concluir, finalmente, por um conservantismo à chinesa, que só agora está em vias de diluir-se pelo cruzamento em que se acha com a civilização ocidental (1943, p. 5).

No teatro brasileiro, mesmo com a influência dos franceses e ingleses, grandes autores teatrais se formaram e produziram obras de envergadura intelectual genuínas. Moreira destacava a falta de grandes plateias para esses espetáculos, devido à deficiência educacional. Segundo ele, a sobrevivência, até então, do teatro devia-se a uma elite profissional e a um grupo seletivo e reduzido de espectadores. No campo cinematográfico, critica a quantidade de filmes, que procuravam “apenas ‘to make money’”, sem possuir muita qualidade. O cinema havia se tornado “um teatro imensamente popular” enquanto o teatro conservava seu “teor elitista” (1943, p. 5). Já o rádio assumia função mais definida, sendo “instrumento de propaganda comercial e política, algo que se

ouve durante o almoço e o jantar, para saber as novidades internacionais e para alegrar a casa” (1943, p. 5).

Mesmo atestando essas históricas dificuldades, problemas e influências sobre a formação do intelectual brasileiro nas mais diversas áreas, Moreira salientava que “depois de 1930, com as novas Faculdades de Filosofia e Ciências, pela disseminação intensiva dos cursos secundários e dos cursos técnicos, já se vão desvendando novos horizontes à intelectualidade brasileira” (MOREIRA, nov. 1943, p. 5). Todavia, destacava que só a criação dessas instituições pelo governo não era suficiente para modificar a realidade intelectual, reservando-se também à elite “a formação dos ambientes de estudo e de pesquisa”, já que o desenvolvimento da ciência implicava o próprio progresso da sociedade (1943, p. 5). Salientava que embora a cultura nacional ainda estivesse aquém da cultura dos países mais desenvolvidos do Ocidente, a Revolução de 1930 havia contribuído para o início e aceleração desse processo de equidade. Para ele “o Estado Nacional pelo grande esforço educativo que está a realizar, procura nos oferecer as bases em que levantaremos o edifício de uma cultura sólida e eterna, cujos labores e resultados há de beneficiar a todos os homens, de todas as terras” (1943, p. 6).

Como o faz com relação à valorização do Movimento da Escola Nova, Moreira constrói um discurso de exaltação dos feitos realizados pelo Estado Novo. A análise que fez acerca da cultura nacional, antes deste período, serviu de justificativa para mostrar o avanço que estava ocorrendo, com as iniciativas do governo instalado. Exaltar o Estado Novo significava também valorizar o empenho daqueles que estavam participando deste processo, como por exemplo muitos educadores como ele. Participar do Estado Novo, neste sentido, significava participar do novo, contribuir para a superação de velhos ideais que, no caso da educação, significava romper com o que considerava tradicional, com o arcaico.

De forma similar aos feitos realizados pelo Estado Novo, Moreira responsabilizava os jovens também pelo desenvolvimento das áreas da Ciência e da Filosofia. Por considerá-los “a futura força de um Brasil forte e unido” (1943, p. 6), cabia a eles esforço e dedicação para o alcance desses objetivos. Ao final, Moreira aproveita para agradecer diretamente ao Interventor Federal em Santa Catarina, Nereu Ramos, pelo incentivo e apoio ao desenvolvimento do campo cultural e educacional catarinense. Agradece as iniciativas em benefício da formação intelectual da juventude; as bolsas escolares de viagem e estadia no Rio e outras cidades, concedidas a alguns jovens catarinenses; e os convites feitos aos intelectuais nacionais e internacionais para visitas e conferências no Estado de Santa Catarina. Considera que Nereu Ramos, enfim, “dentro os recursos limitados de Sta. Catarina, Estado querido cuja marcha para o porvir é agora mais célebre do que

nunca, tem sido, incontestavelmente, o governante que mais há realizado pela cultura dos seus governados” (1943, p. 6).

Outro dado demonstra a participação e colaboração de Moreira durante o período de vigência do Estado Novo, a indicação de que ele participou de dois movimentos de cunho nacionalista nesse período, de acordo com as correspondências encontradas. Em carta enviada no dia 15 de junho de 1937 por Vicente Machado, Moreira filiou-se ao movimento iniciado em Piratininga/SP, intitulado *Bandeira – Defesa do Pensamento Brasileiro*, que tinha como lema “Tua idéa (*sic*) é a tua arma: contra o internacionalismo dissolvente e forasteiro, opõe o pensamento original da tua pátria!” Esse movimento, de cultura e brasilidade, tinha como meta principal “a realização do Brasil com métodos puramente brasileiros, isso com o concurso da inteligência que, em nossa opinião, deve interferir na vida do Estado, ajudando-o a superar a crise de ideologias que procura impor novas bases à própria sociedade”. Por isso, defendia a realização de pesquisas sociais em terras brasileiras para que se formasse um *sólido pensamento brasileiro*. Nessa mesma carta, Machado explicita as metas e comunica a Moreira que em Santa Catarina já havia representantes da *Bandeira*. Destaca a presença de centros de propaganda do movimento em municípios como Canoinhas, Rio do Sul, Três Barras e Porto União, salientando que em Florianópolis, até então, não havia sido criado nenhum departamento. Por isso, Vicente Machado pede a ajuda de Moreira para que contribua na fundação da *Bandeira* em Florianópolis. Para tanto, indica o nome do Presidente deste movimento em Canoinhas, Sr. 1º Tenente Osmar Ribeiro da Silva, para que possa ajudá-lo neste intuito.

O segundo movimento do qual Moreira fez parte foi o da *Liga de Defesa Nacional* (LDN), que havia sido criada em 1916, tendo como objetivo principal, segundo seu Estatuto inicial, “robustecer na opinião pública nacional um elevado sentimento de patriotismo”, sendo o presidente da Liga o Presidente da República. Na carta enviada pelo primeiro Secretário, Olinto da Gama Botelho, em 20 de abril de 1942, comunica-se que, em reunião realizada pela Comissão Executiva e por indicação do Interventor Federal em Santa Catarina, Nereu Ramos, Moreira havia sido aceito como “membro efetivo do Diretório Regional da Liga no glorioso Estado de Santa Catarina”. Salienta o Secretário que “a Liga sabe que V. Excia. dedicado é ao bem coletivo prestará, por certo, com dedicação e patriotismo, o seu valioso concurso às suas iniciativas e realizações, aumentando-lhe, assim, o acervo de serviços que há 25 anos vem prestando à Nação”. Ao final da carta, destaca-se que junto com ela foram enviados os estatutos e o regimento interno da Liga, bem como a relação dos atuais membros da comissão executiva. Estes últimos documentos não foram encontrados na pesquisa.

A atuação de Moreira em Santa Catarina foi marcada pelo seu contato mais estreito com o Estado, construindo uma interlocução em que as questões educacionais se tornaram objeto principal de preocupação. A análise das configurações assumidas por esta relação torna-se fomento privilegiado para o entendimento dos encaminhamentos e embates ideológicos presentes em determinados momentos, bem como para atentarmos para algumas questões que foram tensionadas entre o campo intelectual e o campo político.

Fontes

APRESENTAÇÃO DE ESTUDOS EDUCACIONAIS. **Estudos Educacionais**. Publicação do Curso Normal do Instituto de Educação, Florianópolis/SC, ano I, n. 1, ago. 1941.

AZEVEDO, Fernando de. Entre as angústias do presente. **Estudos Educacionais**. Publicação do Curso Normal do Instituto de Educação, Florianópolis/SC, ano I, n. 3, nov. 1942.

BASTIDE, Roger. Educação dos educadores. **Estudos Educacionais**. Publicação do Curso Normal do Instituto de Educação, Florianópolis/SC, ano III, n. 4, dez. 1943.

BOTELHO, Olinto da Gama. [Carta] 1942 abr. 20, São Paulo [Brasil] [para] João Roberto Moreira, Florianópolis. Datilografado.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergstrom. O professor Lourenço Filho como paraninfo dos nossos professorandos. **Estudos Educacionais**. Publicação do Curso Normal do Instituto de Educação, Florianópolis/SC, ano III, n. 5, dez. 1943.

MACHADO, Vicente [Carta] 1937 jun. 15, Florianópolis [Brasil] [para] João Roberto Moreira, Florianópolis. Manuscrito.

MELO, Orlando Ferreira de. **Comentários sobre a monografia ‘A educação em Santa Catarina’**, publicada pela Campanha de Inquéritos e Levantamento do Ensino Médio e Elementar, do Ministério da Educação e Cultura. Maio, 1955.

MOREIRA, João Roberto. **A educação em Santa Catarina**. Sinopse apreciativa sobre a administração, as origens e a difusão de um sistema estadual de educação. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura. INEP. Campanha de Inquéritos e levantamento do ensino médio e elementar (CILEME), 1954. 103 p.

_____. O plano elaborado no governo de Vidal Ramos e as questões educacionais na atualidade. Discurso pronunciado na festa comemorativa do 25º aniversário de fundação do Grupo Escolar “Silveira de Souza”. In: **Diário Oficial**, n. 1316, ano V, 1º de outubro de 1938.

_____. Função da escola pública catarinense. **Estudos Educacionais**. Publicação do Curso Normal do Instituto de Educação, Florianópolis/SC, ano I, n. 2, nov. 1941.

_____. **A escola e o abandono.** Conferência realizada durante a Semana da Criança em Santa Catarina, em 13 de outubro de 1943.

_____. Terceiro Congresso de Brasilidade. Conferência pronunciada pelo sr. João Roberto Moreira, no dia 15 de novembro de 1943, sobre o tema – Unidade Cultural. In. **Diário Oficial**, Florianópolis, n. 2631, ano X, 30 de novembro de 1943.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira 1933-1974.** 9 ed. São Paulo: Ática, 2000.

PIERSON, Donald. Educação, Ciências e mundo atual. **Estudos Educacionais.** Publicação do Curso Normal do Instituto de Educação, Fpolis/SC, ano III, n. 4, jun. 1943.

PIERSON, Donald. [Carta] 1942 mai. 30, São Paulo [Brasil] [para] João Roberto Moreira, Florianópolis. Manuscrito.

_____. [Carta] 1943 mar. 03, São Paulo [Brasil] [para] João Roberto Moreira, Florianópolis. Manuscrito.

_____. [Carta] 1943 mai. 17, São Paulo [Brasil] [para] Nereu Ramos, Florianópolis. Manuscrito.

_____. [Carta] 1944 abr. 17, São Paulo [Brasil] [para] João Roberto Moreira, Florianópolis. Manuscrito.

SANTA CATARINA. Educação Popular. Movimento do ano letivo de 1935. Da mensagem do Exmo sr. dr. Nereu Ramos, Governador do Estado, apresentada à Assembléia Legislativa em 16 de julho de 1936. Departamento de Educação, Florianópolis, Imprensa Oficial, 1936.

_____. Secretaria do Interior e Justiça. Departamento de Educação. Circular n. 32, de 26 de setembro de 1935 – recomenda para as bibliotecas dos Grupos Escolares a compra dos livros da Companhia Editora Nacional, sob direção de Fernando de Azevedo – Série III – Atualidades Pedagógicas. **Circulares 1930-1941.** Florianópolis: Imprensa Oficial, 1942.

VISITAS ILUSTRES. **Estudos Educacionais.** Publicação do Curso Normal do Instituto de Educação, Florianópolis/SC, ano I, n. 1, ago. 1941.

Referências

BOMBASSARO, Ticiane. Semanas Educacionais: a formação docente para além dos Institutos de Educação. In: LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes; RAUPP, Marilene Dandolini; DURLI, Zenilde (orgs.). **Professores para a escola catarinense.** Contribuições teóricas e processo de formação. Florianópolis: Editora da UFSC, p. 2005.

CAMPOS, Cyntia Machado. As intervenções do estado nas escolas estrangeiras de Santa Catarina na era Vargas. In: BRANGER, Ana (org.) **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos.** Florianópolis: Letras contemporâneas, 1999.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Pedagogia da Escola Nova, produção da natureza infantil e controle doutrinário da escola*. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KULLMANN, Moysés (orgs.) **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

CORRÊA, Mariza. **História da antropologia no Brasil: 1930-1960**. Testemunhos: Emílio Willems / Donald Pierson. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Campinas / SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1987.

DANIEL, Leziany Silveira. **Por uma psicossociologia educacional: A contribuição de João Roberto Moreira para o processo de constituição científica da Pedagogia nos cursos de formação de professores catarinenses nos anos de 1930 e 1940**. 2003. 163 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

DAROS, Marias das Dores & VOLPATO, Terezinha Gasho. *Identidade social do professor. As práticas docentes numa dimensão histórico-político-social 1930-1950*. Florianópolis, 1997: Relatório de Pesquisa - (Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, 1997.

EVANGELISTA, Olinda. **A formação do professor em nível universitário – O Instituto de Educação da Universidade de São Paulo (1934-1938)**. Florianópolis: NUP/CED/UFSC / Editora da Cidade Futura, 2002.

FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da evolução do ensino público**. Ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano. 2 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1991.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no país (1920-1945)**. São Paulo: Difel, 1979.

MONARCHA, Carlos. As três fontes da Pedagogia científica: A psicologia, a sociologia e a biologia. **Didática**, São Paulo, n. 28, p. 41-49, 1992.

NÓBREGA, Paulo. Grupos Escolares: Modernização do ensino e poder oligárquico. In: DALLABRIDA, Norberto (org.) **Mosaico de escolas**. Modos e educação em Santa Catarina na Primeira República. Florianópolis: Cidadã Futura, 2003.

_____. **Ensino público, nacionalidade e controle social: Política Oligárquica em Santa Catarina na Primeira República. 1900-1922**. 2000. 132 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

PELUSO, JR, V. A. **Estudos de geografia urbana de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC / Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1991.

POCOCK, J. G. A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: EDUSP, 2003.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. A escola normal catarinense sob a batuta do professor Orestes Guimarães. In: DALLABRIDA, Norberto (org.) **Mosaico de escolas**. Modos e educação em Santa Catarina na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

SCHEIBE, Leda; DAROS, Maria das Dores; DANIEL, Leziany Silveira. Santa Catarina e o Programa Nacional de Reconstrução Educacional de Anísio Teixeira: a colaboração dos intelectuais

catarinenses. In: ARAÚJO, Marta Maria de; BRZEZINSKI, Íria (orgs.). **Anísio Teixeira na direção do INEP**. Programa para a reconstrução da nação brasileira (1952-1964). Brasília: INEP, 2006.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

Recebido: Abril/2009
Aprovado: Novembro/2009